

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.086 - SP (2019/0109750-0)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO
ADVOGADO : HELOÍSA LUZ CORRÊA VIDAL E OUTRO(S) - SP253107
AGRAVADO : BEATRIZ MILANI SANTOS
ADVOGADOS : FELIPPE MENDONÇA - SP221626
MURILO REBOUÇAS ARANHA - SP388367

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO contra a decisão da Presidência do Superior Tribunal de Justiça que não conheceu do agravo, ante a ausência de impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada.

Nas razões do presente recurso, a agravante sustenta que impugnou todos os fundamentos.

Ao final, pleiteia a reforma da decisão atacada.

É o relatório.

DECIDO.

De fato, nas razões do agravo em recurso especial houve impugnação a todos os fundamentos da decisão agravada, conforme se observa às fls. 414/425 e-STJ. Por essa razão, reconsidera-se a decisão de fls. 431/432 e-STJ e passa-se a julgar o recurso.

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"APELAÇÃO. Ação de indenização por danos morais Agressão sofrida por passageira em transporte coletivo ferroviário Vendedor ambulante Sentença de procedência Danos morais arbitrados em R\$ 5.000,00 Recurso de ambas as partes.

RESPONSABILIDADE CIVIL Ocorrência Relação negocial regida pelo CDC Transportador responsável objetivamente pela incolumidade dos passageiros Ilícito praticado por terceiro Responsabilidade da ré por coibir o comércio irregular em suas dependências e veículos Dever de fornecer segurança e suporte aos passageiros quando verificada intercorrência danosa Ilícito interrompido por passageiro, passadas algumas estações Posterior atendimento à vítima.

DANOS MORAIS Ocorrência Valor bem fixado na origem Dano contido em período determinado, sem maiores repercussões concretas à vítima, gestante à época Atendimento existente, ainda que intempestivo Termo inicial dos juros

Superior Tribunal de Justiça

moratórios Sentença reformada neste ponto Data da citação, tratando-se de responsabilidade contratual Precedentes. Recurso da autora não provido, recurso da ré parcialmente provido" (fl. 309 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o agravante sustenta, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 186, 734 do Código Civil e 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor.

Menciona que o acidente foi causado por culpa exclusiva de terceiro, o que exclui a responsabilidade da companhia pelos danos alegados.

Argumenta que *"os danos causados à recorrida foram ocasionados por atos praticados por terceiro, situação equipara ao caso fortuito, que exime a Companhia do Metrô de qualquer responsabilidade"* (fl. 331 e-STJ).

Contrarrazões às fls. 380/387 e-STJ.

O recurso foi inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O Tribunal de origem condenou a ora recorrente ao pagamento de indenização em virtude de agressão sofrida pela autora dentro do vagão, com base nos seguintes fundamentos:

"(...)

Caracteriza-se o contrato de transporte como de resultado, respondendo a empresa transportadora objetivamente pela falha na prestação do serviço. No entanto, a consecução do contrato de transporte não se limita à entrega das pessoas ou bens transportados ao seu destino, senão igualmente incólumes, respondendo o transportador pelos danos ocasionados na operação, nos termos do art. 734 do Código Civil.

A responsabilidade do transportador é excluída, apenas, quando o dano provém de caso fortuito, força maior, ou por culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do mesmo artigo, em conjunção com o art. 14 do CDC. No entanto, devem-se diferenciar os casos de fortuito interno aos de fortuito externo.

Caracterizam-se como fortuitos internos, incapazes de afastar a responsabilidade do prestador de serviço, os eventos aleatórios ou causados por terceiro que sejam inerentes ao serviço prestado, previsíveis, contra os quais deve-se acautelar o fornecedor, respondendo pessoalmente no caso de falha na prestação do serviço.

Pois este é o caso dos autos.

Não se olvida que a ocorrência de delitos extrapola a esfera da atividade de transporte e, enquanto tal, via de regra, não vincula o prestador de serviço, suscetível à sua ocorrência em igualdade aos demais cidadãos. Entretanto, o caso dos autos evidencia falha na prestação do

Superior Tribunal de Justiça

serviço.

Incontroversos os fatos narrados, vindo a autora a sofrer agressão de vendedor ambulante, por recusar-se a receber sua mercadoria. Referida agressão, em suas esferas física e moral, apenas se encerrou quando da entrada de soldado da polícia no vagão, algumas estações seguintes, recebendo auxílio dos agentes de segurança da ré posteriormente.

Ora, é dever da empresa de transporte zelar pela segurança e incolumidade dos seus passageiros, prestando suporte contra as intercorrências verificadas em seus veículos e em suas dependências.

No caso dos autos, verifica-se a negligência da empresa ré, não apenas ao permitir a ocorrência do dano, provocado por vendedor ambulante, como também ao não prestar suporte até que um policial passageiro interviesse, chamado pelos demais passageiros do vagão.

Trata-se de atividade-meio da empresa ré coibir a prática de comércio irregular em suas dependências, sujeitando-se a responder pelos incidentes derivados dessa prática, como no caso dos autos" (fls. 313/315 e-STJ) - grifou-se.

Com efeito, rever tais conclusões demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias dos autos, o que é inviável no recurso especial pelo óbice da Súmula nº 7/STJ.

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE POR USUÁRIO DO METRÔ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA PRESTADORA DE SERVIÇO. CLÁUSULA DE INCOLUMIDADE NÃO CUMPRIDA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - FORTUITO EXTERNO. REVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte, a responsabilidade do transportador em relação aos passageiros é contratual e objetiva, nos termos dos arts. 734, caput, 735 e 738, parágrafo único, do Código Civil de 2002, somente podendo ser elidida por fortuito externo, força maior, fato exclusivo da vítima ou por fato doloso e exclusivo de terceiro - quando este não guardar conexão com a atividade de transporte.

2. O Tribunal local, ao apreciar as provas produzidas nos autos, foi categórico em reconhecer os requisitos ensejadores da obrigação de indenizar, notadamente diante do descumprimento do seu dever de garantir a incolumidade do passageiro. Nessas circunstâncias, afigura-se inviável rever o substrato fático-probatório diante do óbice da Súmula 7/STJ.

3. (...)

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 597.866/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 6/2/2015).

Por fim, cumpre asseverar que a análise da divergência jurisprudencial resta prejudicada pela incidência da Súmula nº 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 431/432 e-STJ, para conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de aplicar o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 tendo em vista que os honorários advocatícios já foram fixados no grau máximo (fl. 251 e-STJ).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

